

A Tribuna Popular e a orientação do PCB para o movimento sindical do Rio de Janeiro nos primeiros anos da experiência democrática brasileira (1945-1946)

Luís Eduardo de Oliveira¹

No presente estudo, com base em informações pesquisadas em edições do jornal *Tribuna Popular*, órgão de propaganda do Partido Comunista do Brasil (PCB), empreenderei uma análise circunstanciada das orientações dirigidas por essa agremiação partidária a seus militantes que atuavam no movimento operário e sindical carioca entre 1945 e 1946. Nesses anos decisivos da democratização, a direção do PCB procurou ampliar continuamente a força e influência política e eleitoral da organização junto às bases das principais categorias profissionais do Rio de Janeiro, assim como das mais importantes cidades brasileiras da época, o que implicou também num esforço para conciliar a política moderada de *União Nacional* com as crescentes demandas econômicas e sociais do proletariado.

Ao contrário das teses tradicionais que sustentam que a atuação do PCB contribuiu então para o reforço da estrutura sindical corporativa e/ou de um “sindicalismo populista”, a análise aqui proposta atribuiu grande importância à dinâmica das lutas sociais no período e considera como ponto de mediação importante na definição e atualização constante da política sindical do PCB a realidade competitiva que seus militantes tiveram que enfrentar para conquistar, a partir dos locais de trabalho, a hegemonia sobre o sindicalismo da antiga Capital Federal.

I

Após seus dirigentes e militantes amargarem uma década inteira de brutal repressão, com a saída de Luiz Carlos Prestes do cárcere em abril de 1945, o Partido Comunista do Brasil ressurgiu com força na cena política nacional e, nos meses seguintes, impulsionado pela onda democratizante que varreu do mapa o Estado Novo, avançou rapidamente para posições de relevo no movimento operário e sindical,

¹ Doutor em História Social (UFF), professor da SEEDUC/RJ, do Cefet-MG – Campus III (Leopoldina – MG) e do ISECC-FEAP (Juiz de Fora - MG). Autor de *Os trabalhadores e a cidade: a formação do proletariado de Juiz de Fora e suas lutas por direitos (1877-1920)*, publicado pela Funalfa e Editora FGV em 2010. Pesquisador participante do projeto *O Rio de Janeiro e a experiência democrática nas páginas dos jornais: ideologias, culturas políticas e conflitos sociais (1946-1964)*, coordenado pelo Professor Dr. Jorge Ferreira (UFF) e financiado pela FAPERJ, dentro do *Programa Cientista do Nosso Estado* (2009-2011).

notadamente nas principais capitais do país e na cidade do Rio de Janeiro. Nesse novo contexto, os sindicatos e “organismos de base” como os *Comitês Democráticos Populares* desempenharam papéis centrais nos esforços do PCB para superar o estigma de partido proscrito, herança perversa dos tempos da ditadura varguista, resistir aos setores conservadores que em momento algum deixaram de pressionar por seu banimento e se credenciar como força política e eleitoral relevante junto aos mais diversos segmentos da sociedade brasileira.²

Como parte desses esforços mais gerais, nos meses de abril e maio de 1945, o PCB orientou e deu contribuições decisivas para a organização do *Movimento Unificador dos Trabalhadores* (MUT), cujas principais proposições serão analisadas mais à frente, e lançou a *Tribuna Popular*, folha publicada no Rio de Janeiro até pelo menos a virada de 1947 para 1948 e que chegou à uma tiragem de 50 mil exemplares. Carro-chefe de uma série de publicações e periódicos comunistas, o jornal tinha por divisa os termos “unidade”, “democracia” e “progresso”, refletindo com precisão a proposta de *União Nacional* então defendida pelo PCB.³ Além de notícias sobre as resoluções e mobilizações eleitorais do partido (comícios, reuniões, proposições programáticas, discursos), a atuação de sua bancada parlamentar e as atividades do movimento sindical, a *Tribuna Popular* estampava em suas edições diárias análises sobre as lutas sociais no campo e na cidade, o cenário político e econômico brasileiro e a conjuntura internacional, incluindo notas sobre diferentes aspectos da vida na União Soviética e das ações dos partidos comunistas de outros países.⁴

² Organizados em todo o país para recrutar novos militantes e recursos financeiros para o PCB, os *Comitês Democráticos Populares* funcionavam, na prática, como “células” do partido em locais de moradia, estudo e trabalho, defendiam reivindicações específicas e prestavam uma série de serviços, cujos mais demandados eram os cursos profissionalizantes e os de alfabetização de adultos. PANDOLFI, Dulce. *Camaradas e companheiros: memória e história do PCB*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará / Fundação Roberto Marinho, 1995, pp. 146 e SANTANA, Marco Aurélio. *Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil*. São Paulo, Boitempo Editorial/UFRJ, 2001, p. 21.

³ A tese de *União Nacional*, aprovada na II Nacional do PCB em 1943, dentre outros aspectos, previa a adoção de uma linha política moderada e que priorizava a busca de uma “aliança tática com os setores progressistas da burguesia contra o latifúndio e o imperialismo.” Para uma análise dos desdobramentos de tal linha política em 1945 e 1946, consultar: PANDOLFI, Dulce. *Op. cit.*, pp. 163-168.

⁴ Nessa época, o “aparato de comunicação” do PCB englobava também a publicação de jornais em diversas capitais (como o diário paulistano *Hoje*), duas editoras (Editora Vitória e Edições Horizonte), a agência de notícias *Interpress* e até uma produtora de filmes, a cargo do cineasta Ruy Santos. A manutenção de tal aparato, por sua vez, envolvia o conjunto da militância do partido em atividades como campanhas de arrecadação para compra de equipamentos, vendas de assinaturas e exemplares, distribuição em bancas e recrutamento de gráficos. A este respeito, ver: POMAR, Pedro E. da Rocha.

Voltado para o grande público, incluindo os moradores dos subúrbios, morros e favelas cariocas, a *Tribuna Popular* dedicava páginas e colunas específicas – como as intituladas “O Povo se diverte” e “O Samba na cidade” - para assuntos como cultura (literatura, teatro, cinema, música), esportes (com destaque para os times e campeonatos de futebol), samba (escolas, concursos, carnaval, bailes). Já na seção “A vida dos comitês populares”, eram divulgadas constantemente as iniciativas dos inúmeros *Comitês Democráticos Populares* espalhados pela Capital Federal e outras cidades do país.⁵ No time de redatores e colunistas desse jornal, figuravam nomes de peso como Pedro Motta Lima, João Saldanha, Graciliano Ramos, Jorge Amado, Apparício Torelly (Barão de Itararé) e Sérgio Porto (Stanislaw Ponte Preta), cujas contribuições não raro surgiam ao lado de anúncios de produtos como o “Sabão Russo - contra erupções, espinhas e panos”, o perfume “Cavaleiro da Esperança” e a fantasia “Marmiteiro!”, apresentada na propaganda da loja Inovação como “a fantasia oficial do carnaval de 1946!”.⁶

No entanto, a seção mais importante da *Tribuna Popular* era, sem dúvidas, a “Tribuna Sindical”, tendo em vista o caráter estratégico com que se revestiam as atividades do movimento operário para a inserção política e eleitoral do PCB nesse contexto de democratização da vida nacional. Não por acaso, tal seção do periódico comunista quase sempre se estendia por duas páginas, muitas vezes até três, ilustradas com fotos de líderes e eventos proletários e subdivididas em colunas como a “Vida sindical”, a “Vida sindical nos estados”, “Orientação sindical” e “Reuniões sindicais”, que traziam informações variadas sobre as mobilizações e reivindicações trabalhistas que afloravam então pelo país e, em especial, na região metropolitana do Rio de Janeiro.⁷

“Os aparatos de comunicação de massa e a luta pela hegemonia no Brasil.” *In Lutas sociais*, NEILS – PUC/SP, São Paulo, n.ºs 19/20, 2º sem. 2008. Disponível em: http://www.pucsp.br/neils/downloads/pdf_19_20/7.pdf. Acesso em: 20 ago. 2010.

⁵ Sobre a influência do PCB no mundo do samba e nos morros e periferias cariocas nessa época, consultar: GUIMARÃES, Valéria L. *O PCB cai no samba: os comunistas e a cultura popular (1945-1950)*. Rio de Janeiro, Arquivo Público, 2009 e PINHEIRO, Marcos C. O. *O PCB e os Comitês Populares Democráticos na Cidade do Rio de Janeiro (1945-1947)*. Dissertação de Mestrado, PPGHC/UFRJ, Rio de Janeiro, 2007.

⁶ Marmiteiro! *Tribuna Popular*, 01 mar. 1946, p. 8.

⁷ Já na coluna o “Movimento sindical pelo mundo”, eram reproduzidas pequenas notas enviadas pela *Confederação dos Trabalhadores da América latina* (CTAL) e a Federação Sindical Mundial (FSM). Ver, por exemplo: *Tribuna Sindical. Tribuna Popular*, 08 nov. 1945, p. 5; 21 nov. 1945, p. 5; 22 nov. 1945, p. 5; 23 nov. 1945, p. 5; 02 mar. 1946, p. 5 e 8 e 08 mar. 1946, p. 5.

A coluna “O que os trabalhadores devem saber”, por sua vez, trazia explicações sintéticas para dúvidas manifestadas por leitores e sindicalistas acerca de dispositivos da *Consolidação das Leis do Trabalho* (CLT), especialmente sobre o direito às férias anuais e à estabilidade após dez anos de serviço, a duração da jornada de trabalho para determinadas categorias, a regulamentação do trabalho da mulher e do menor, os adicionais de periculosidade e de insalubridade, os benefícios previstos na legislação previdenciária e as anotações devidas na Carteira Profissional - reconhecida como “a fé de ofício de um trabalhador”, isto é, um documento que atestaria a honradez e garantiria os direitos do assalariado. Por meio dessa mesma coluna e auxiliados por advogados trabalhistas vinculados ao PCB, os redatores da *Tribuna Popular* interpelavam ainda os representantes do Conselho Regional do Trabalho e do Ministério do Trabalho, se dirigindo muitas vezes ao próprio ministro, sobre problemas atinentes à gestão dos institutos de pensão e à necessidade de fiscalização e punição das firmas e ramos industriais que descumpriam sistematicamente normas consagradas na CLT e/ou decisões e acordos firmados na Justiça do Trabalho.⁸

II

As diversas notícias e informações veiculadas na seção sindical da *Tribuna Popular*, como sugerem as informações reunidas até aqui, configuravam-se como instrumentos poderosos de esclarecimento, capacitação e mobilização política, contribuindo ao mesmo tempo para o fortalecimento de uma noção de cidadania e uma cultura de direitos diferenciadas daquelas que por longos anos haviam sido cuidadosamente difundidas pelo Ministério do Trabalho e os órgãos de propaganda do Estado Novo.⁹ Esta constatação inicial, cumpre ressaltar, se alinha integralmente às análises históricas mais recentes sobre os sentidos da atuação do PCB nos primeiros anos do pós-guerra, especialmente no que se refere à relativização da tese muito difundida de que a atividade dos comunistas junto aos assalariados urbanos constituiu-se num fator determinante tanto para a ampliação da eficácia real de uma “estrutura

⁸ Ver, em especial: O que os trabalhadores devem saber. *Tribuna Popular*, 08 nov. 1945, p. 5; 21 nov. 1945, p. 5; 22 nov. 1945, p. 5; 01 mar. 1946, p. 5; 02 mar. 1946, p. 5 e 8; 03 mar. 1946, p. 5; 10 mar. 1946, p. 5; 14 mar. 1946, p. 5; 19 mar. 1946, p. 5 e 23 mar. 1946, p. 5.

⁹ Para um exame rigoroso acerca das propostas de organização política e social dos trabalhadores difundidas pelo Estado Novo, ver: GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. São Paulo / Rio de Janeiro, Vértice/IUPERJ, 1988.

sindical oficial criada no espírito do corporativismo fascista” quanto para o êxito “da política de massas do *populismo*” – política esta supostamente voltada para a “cooptação” e “desvio” dos trabalhadores de seus “verdadeiros objetivos de classe”.¹⁰

Leitura obrigatória para a militância comunista, o mencionado conteúdo da *Tribuna Popular* representa ainda, no seu conjunto, uma evidência importante do esforço empreendido então pelo PCB para se vincular fortemente à realidade da classe trabalhadora e se enraizar nos *locais de trabalho* - nessa época, centros dinâmicos não apenas da produção econômica brasileira, mas também da gestação de novos conflitos sociais e formas de organização, sobretudo no Rio de Janeiro e em São Paulo.¹¹ De fato, por se constituírem em ambientes opressivos e de negação dos direitos elementares dos assalariados urbanos, o chão das fábricas, oficinas, docas, estações ferroviárias, canteiros de obras e estabelecimentos comerciais, principalmente, se politizarão dia após dia nos anos iniciais da democratização e passarão a fornecer alguns dos elementos fundamentais para vigoroso processo de renovação experimentado pelo sindicalismo entre 1945 e 1946.

Nessa época, era nos locais de trabalho onde surgiam e ganhavam força tanto as denúncias e reivindicações trabalhistas mais importantes para o proletariado quanto as novas lideranças que desbancariam, em pouco tempo, boa parte dos dirigentes imobilistas e conservadores que há anos mandavam e desmandavam nos sindicatos. Interessado em dinamizar e hegemonizar tal processo de revigoração do movimento

¹⁰ Principais defensores desse tipo de interpretação, Octavio Ianni e Francisco Welffort argumentam que o PCB, no pós-1945, teria se deixado seduzir pelo “modelo getuliano de desenvolvimento econômico” e se mostrado incapaz de “executar uma política de classes nova e eficaz”. Ver WELFFORT, Francisco. “Origens do sindicalismo populista no Brasil (a conjuntura do Após-Guerra)”. In *Estudos CEBRAP*, n.º 4. São Paulo, abr.-jun. 1973 e IANNI, Octavio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. Críticas importantes a tal interpretação foram formuladas em: REIS FILHO, Daniel Aarão. “O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita”. In FERREIRA, Jorge (org.). *O Populismo e sua História: debate e crítica*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001, pp. 349-359 e 373-377.

¹¹ Análises relevantes sobre o importante papel desempenhado pelas organizações nos locais de trabalho, como os comitês ou comissões de fábrica, para o crescimento das lutas trabalhistas nesse período são encontradas em: MARANHÃO, Ricardo. *Sindicatos e democratização (Brasil: 1945-1950)*. São Paulo, Brasiliense, 1979, pp. 44-52; COSTA, Hélio da. “Trabalhadores, sindicatos e lutas em São Paulo (1943-1953)”. In FORTES, Alexandre (et al.). *Na luta por direitos: estudos recentes sobre História Social do Trabalho*. Campinas, Unicamp, 1999, pp. 92-103 e SANTANA, Marco Aurélio. “Trabalhadores e militância sindical: a relação partido/sindicato/classe no Sindicato dos metalúrgicos do Rio de Janeiro (1947-1964)”. In RAMALHO, José Ricardo e SANTANA, Marco Aurélio (orgs.). *Trabalho e tradição sindical no Rio de Janeiro: a trajetória dos metalúrgicos*. Rio de Janeiro, DP&A, 2001, pp. 167-175.

operário e sindical, pelas páginas da *Tribuna Popular*, o PCB enviava freqüentemente “orientações sindicais” para seus militantes nos meios proletários, lembrando-lhes dentre outras coisas:

“Que o proletariado, classe independente que é, faz a sua própria política, ditada por seus interesses de classe; que cada trabalhador deve ser, em seu local de trabalho, o fiscal da aplicação das leis do trabalho, apontando ao seu órgão de classe as falhas que encontrar na aplicação e as manobras do empregador para burlá-la.”¹²

Como atestam essas diretrizes sintéticas e outras semelhantes publicadas na coluna “O que os trabalhadores devem saber”, o PCB reconhecia a importância das leis sociais decretadas após 1930 e consolidadas em 1943, mas ressaltava sempre que nada adiantava o Brasil ter “a legislação trabalhista mais avançado do mundo” se tal legislação não era respeitada por todos capitalistas e nem executada integralmente em benefício daqueles para os quais ela havia sido criada. Segundo ainda a “orientação sindical” comunista, ao invés de se resignarem com o desrespeito patronal às leis ou se portarem como destinatários passivos da CLT, cabia aos trabalhadores e a seus líderes autênticos, a partir dos locais de trabalho, se organizarem para debater seus problemas, formular suas reclamações e lutar de todas as formas legais pela melhoria de suas condições de vida e serviço. De modo semelhante, a *Tribuna Popular* exortava os assalariados urbanos a assumirem um papel ativo diante de suas entidades representativas, enfatizando constantemente “que nenhum trabalhador consciente e fiel a sua classe pode estar fora do seu Sindicato”, e, também:

“Que os sindicatos são a grande força da classe operária na luta pela conquista de suas reivindicações e reconhecimentos de seus direitos; que em seus sindicatos os trabalhadores podem e devem se ocupar de todas as questões políticas que envolvem o bem-estar da coletividade e o progresso da pátria; que o direito de greve é um direito sagrado conquistado pelo proletariado mundial.”¹³

Portanto, os sindicatos eram então concebidos pelos comunistas como órgãos intimamente ligados às suas bases organizadas nos locais de trabalho e que, para muito além do desempenho de funções burocráticas e tuteladas pelo Estado, teriam como objetivos máximos unificar os trabalhadores para “defender intransigentemente os seus

¹² O que os trabalhadores devem saber. *Tribuna Popular*, 23 mar. 1946, p. 5.

¹³ O que os trabalhadores devem saber. *Tribuna Popular*, 03 mar. 1946, p. 5 e 23 mar. 1946, p. 5.

interesses de classe e lutar para que a legislação trabalhista (...) [fosse] cumprida em todas as fábricas”, bem como criar condições para que o proletariado pudesse “participar da elaboração das leis que lhes digam respeito.”¹⁴ Na perspectiva sustentada pela *Tribuna Popular*, para estarem à altura dessas tarefas e contribuírem para a consolidação da democracia, as entidades sindicais deveriam urgentemente se democratizar, romper com o autoritarismo e renovar os métodos de direção e deliberação, abrindo-se definitivamente para a participação política e as demandas mais gerais de seus associados:

“É a democracia interna, amplamente praticada nos sindicatos, que torna a classe forte e coesa diante das questões que exigem o seu pronunciamento. A assembléia sindical, soberana que é, pode e deve fiscalizar todos os atos da diretoria e interpelar seus dirigentes todas as vezes que necessitar algum esclarecimento. A diretoria sindical deve prestar contas de seus atos e, para merecer inteira confiança da classe, não [pode] agir nunca a revelia dos associados do sindicato.”¹⁵

III

São bastante difundidas as avaliações críticas produzidas na academia com relação a atuação dos comunistas entre 1945 e 1946, especialmente as formuladas por Francisco Weffort, que atribui ao PCB o desenvolvimento de uma política sistemática de contenção e adiamento dos conflitos de classe, com apelos constantes para que os trabalhadores evitassem as greves e postergassem suas reivindicações econômicas e sociais imediatas – primeiro em favor da Constituinte, depois para garantir as eleições de 02 de dezembro e mais tarde, já sob o governo Dutra, para pavimentar o caminho para a formação da *Confederação dos Trabalhadores do Brasil* e fortalecer a campanha pela abolição da “Carta fascista de 1937”. “Se os operários foram chamados antes a ‘apertar o cinto’ para que viesse a democracia, afirma Weffort, “deveriam apertá-lo ainda mais para consolidá-la.”¹⁶

¹⁴ O que os trabalhadores devem saber. *Tribuna Popular*, 08 nov. 1945, p. 5 e 01 mar. 1946, p. 5.

¹⁵ A defesa da mais completa democratização da vida dos sindicatos, propagada pela *Tribuna Popular*, incluía também apelos para que os trabalhadores se mantivessem sempre unidos, solidários e vigilantes, que expelissem os “os provocadores a soldo dos reacionários e fascistas” de seu meio e expulsassem os “traidores” e “vacilantes” das direções de seus órgãos de classe, “a fim de que a união deixe de ser apenas formal, para ser a verdadeira unidade de uma classe em torno de seus dirigentes de confiança.” Orientação sindical. *Tribuna Popular*, 01 mar. 1946, p. 5; 03 mar. 1946, p. 5; 09 mar. 1946, p. 5 e 17 mar. 1946, p. 5.

¹⁶ Ver WELFFORT, Francisco. *Op. cit.*, p. 88.

No entanto, as informações reunidas até aqui permitem vislumbrar uma realidade muito mais complexa e corroboram a percepção presente nos estudos mais recentes de que a disputa por hegemonia travada nos sindicatos e o crescente acirramento das lutas e reivindicações sociais atuaram como mediadores fundamentais entre a política sindical do Partido Comunista do Brasil e a atividade concreta de seus militantes nos meios proletários nesses anos iniciais da democratização. Num cenário em que o agravamento da carestia, a morosidade da justiça trabalhista, o comportamento dúbio do Ministério do Trabalho e a intransigência patronal forçavam os assalariados a deflagrarem greves por salários ou para garantir direitos já consagrados em lei, a atuação dos comunistas esteve longe de ser distanciada dos trabalhadores e/ou de se configurar como um fator de legitimação e reforço dos elementos de controle e manipulação que integram estrutura sindical varguista. Na verdade, como assinala Marco Aurélio Santana:

“Os comunistas buscaram incessantemente organizar os trabalhadores dentro das empresas. Esse trabalho serviu de pilar de sustentação aos avanços comunistas na ocupação de espaços na estrutura sindical oficial. Se estrutura permaneceu intacta, nem por isso devemos deixar de perceber (...) a duplicação de mão produzida com a entrada dos setores progressistas no seu interior. O que se impôs foi uma nova perspectiva que redirecionasse o sindicato para a representação dos interesses dos trabalhadores.”¹⁷

De acordo orientação difundida pelo PCB em seu principal jornal, organizados nos locais de trabalho e integrados à vida de seus sindicatos, os trabalhadores conseguiriam revigorar essas entidades e colocá-las sob a liderança de representantes legítimos da classe. Ao mesmo tempo, avançariam em suas lutas pelo cumprimento efetivo da legislação trabalhista e a conquista de novos direitos sociais, bem como dariam contribuições decisivas para próprio processo de democratização em curso na sociedade brasileira:

“Reforçar nesta hora a unidade sindical, cerrar fileiras em torno de suas diretorias sindicais e comissões eleitas em assembléias (...) é a maneira justa de responder aos pregoeiros da desordem e interessados em fomentar a intranquilidade e quebrar unidade do proletariado. Lutar por suas reivindicações mais justas, não transigir e nem fraquejar na defesa de seus direitos de classe (...) é, na prática, lutar contra a fome e a exploração, lutar pela ordem e a democracia contra os que querem a volta ao regime da Carta fascista de 37. Contra as manobras dos inimigos do povo e do proletariado, fabricantes de leis

¹⁷ Ver Idem, pp. 32-33.

reacionárias e restritivas dos direitos conquistados pela classe operária, os trabalhadores honestos e conscientes respondem com a entrada em massa para os seus sindicatos.”¹⁸

“Reforçar seus sindicatos e fazer deles poderosos baluartes da democracia em nossa pátria”, enfim, seria para a direção nacional do PCB uma das mais importantes tarefas políticas do proletariado entre 1945 e 1946. Plenamente vinculada a uma lógica de disputa pela hegemonia do movimento operário, essa inserção qualificada dos comunistas na estrutura sindical preexistente envolveu ainda iniciativas à margem da regulamentação estatal, como a formação de organismos e fóruns intersindicais nos municípios e estados, processo este coordenado pelos dirigentes do *Movimento Unificador dos Trabalhadores* (MUT) e que resultou, em setembro de 1946, na criação da *Confederação dos Trabalhadores do Brasil* (CTB). Tendo em vista a transformação dos sindicatos em instrumentos de mobilização e impedir a fragmentação política dos trabalhadores, desde abril de 1945, MUT o desenvolveu também uma intensa campanha em favor da unicidade sindical e em prol da concessão de ampla autonomia e liberdade de funcionamento para os sindicatos.¹⁹

Outro aspecto a ser realçado, é o papel ativo desempenhado pelos militantes comunistas na formulação e revisão da “orientação sindical” do PCB, sobretudo no que se refere ao gradual enfraquecimento da determinação inicial da direção dessa agremiação partidária em condenar as greves e desestimular as reivindicações econômicas do operariado.²⁰ De todo modo, como vem apontando os estudos mais recentes, esse partido e a sua militância de base deram contribuições fundamentais para democratizar e reforçar politicamente os sindicatos entre 1945 e 1946, período em que o

¹⁸ Orientação sindical. *Tribuna Popular*, 17 mar. 1946, p. 5.

¹⁹ Criado em 30/04/1945, por cerca de trezentas lideranças vinculadas ao PCB e a grupos queremistas do PTB, os dirigentes do MUT desejavam livrar os sindicatos ao máximo da tutela do Ministério do Trabalho e seus agentes, sobretudo no que se refere à realização de assembleias, eleição e posse de diretorias, gestão financeira e patrimonial, organização estatutária. MARANHÃO, Ricardo. *Op. cit.*, pp. 54-55.

²⁰ De fato, como assinala Marco Aurélio Santana, “se buscava ser confiável ao sistema político, tentando evitar greves e mobilizações”, em função da realidade dinâmica e competitiva do movimento operário nesses anos, o PCB teve de aceitar e incorporar “as práticas vindas de sua militância e da própria classe trabalhadora, que pareciam pouco afeitas às lógicas de ação afastadas de sua realidade.” SANTANA, Marco Aurélio. *Homens partidos... Op. cit.*, pp. 29-30.

número de sindicalizados cresceu rapidamente em todo o Brasil, saltando de 474.943 para 797.691 filiados.²¹

Nessa mesma época, no Rio de Janeiro e outros centros urbanos, o desejo por mudanças, a expectativa de garantir e conquistar direitos e o envolvimento de um número cada vez maior de assalariados no debate de temas políticos candentes fizeram a estrutura sindical implantada desde os anos de 1930 balançar e pender, em certos casos, para o lado das demandas socioeconômicas dos trabalhadores.

²¹ MARANHÃO, Ricardo. *Op. cit.*, pp. 43-44.